



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS
DA JUSTIÇA DO TRABALHO – CEJUSC DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Em 30 de setembro de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR nº 6/2020, divulgado em 12/8/2020 no DEJT (Edição 3036/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 1002/1003). Presentes, por videoconferência, o MMº Juiz Diretor do Fórum HÉLIO GRASSELLI e a MMª Juíza Coordenadora do CEJUSC DANIELA RENATA REZENDE FERREIRA BORGES. Com base nas informações prestadas pelo Chefe de Divisão e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:

Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Luciano Marcelo Christ, Luís Cláudio da Silva, Nivia Silva Pedrosa Franceschi, Renato de Carvalho Miatto e Suely Suzuki.

Jurisdição de atuação:

(Provimento GP-CR nº13/2018, alterado pela
(Portaria GP nº24/2020)

Barretos, Catanduva, Fernandópolis, Jales, José Bonifácio, Olímpia, São José do Rio Preto, Tanabi e Votuporanga.

Data da Última Correição:

11 a 13 de novembro de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados e CEJUSC)

JUIZ(A) DIRETOR(A) DO FÓRUM
HÉLIO GRASSELLI

JUIZ(A) COORDENADOR(A) DO CEJUSC	DATA DE DESIGNAÇÃO
DANIELA RENATA REZENDE FERREIRA BORGES	13/05/2015

A MMa. Juíza Coordenadora do CEJUSC de São José do Rio Preto não acumula essa jurisdição com a da Vara do Trabalho de Olímpia na qual é Juíza Titular.

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

2.1 Lotação

a) CEJUSC:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
EDMAR LAURENCIO CARARETO	AJA	CJ-01 Chefe de Divisão	05/06/2018
GENESIO DONIZETE DO NASCIMENTO (REM)	TJA	-	05/06/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			1
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1
<i>Previsão na Portaria GP nº 77/2019</i>			2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



AJA – Analista Judiciário – área administrativa

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

b) Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	DATA DE INÍCIO	TÉRMINO DO CONTRATO
MATHEUS SANTOS DA SILVA	CIEE	16/02/2020	15/12/2021
RODRIGO CREMON SILVA	CIEE	16/02/2020	15/02/2022

2.2. Ações de capacitação – 14/11/2019 a 22/09/2020 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
EDMAR LAURENCIO CARARETO	15
TOTAL	15

3 - ITENS DE REGISTRO

3.1 - Realizada a audiência no CEJUSC, a maioria dos autos são restituídos ao juízo de origem, mediante despacho, devidamente registrado no sistema de acompanhamento respectivo.

3.1.1 - O processo 0010901-28.2015-5.15.0044 indicado no questionário pré-correicional carece da remessa à Vara do Trabalho originária por meio de despacho, nada obstante tenha se concretizado a remessa eletrônica.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3.2 - Não havendo acordo, o magistrado que supervisiona a audiência de conciliação inicial dá vista da defesa e documentos à parte reclamante, consignando em ata requerimentos gerais das partes e o breve relato do conflito, mantendo-se silente quanto à questão jurídica que envolve a disputa e remete os autos à unidade jurisdicional de origem.

4 – CONTROLE DE AUDIÊNCIAS:

Conforme informado pelo gestor do CEJUSC, no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade em 3 (três) dias da semana.

Também são realizadas pautas externas na jurisdição desse CEJUSC, com a designação de 15 (quinze) processos no período pandêmico e 45 (quarenta e cinco) processos na pauta regular presencial, por dia.

a) Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas [04/11/2019 a 14/09/2020]:

VARA DO TRABALHO	QUANTIDADE DE PROCESSOS (A)	QUANTIDADE DE CONCILIAÇÕES (B)	VALORES CONCILIADOS (R\$)
VT BARRETOS	29	0	R\$ 0,00
1VT CATANDUVA	73	27	R\$ 294.317,10
2VT CATANDUVA	117	29	R\$ 169.076,31
VT FERNANDÓPOLIS	0	0	R\$ 0,00
VT JALES	0	0	R\$ 0,00
VT JOSÉ BONIFÁCIO	1	1	R\$ 466.035,48
VT OLÍMPIA	50	11	R\$ 107.700,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1VT S.J. RIO PRETO	315	128	R\$ 1.582.958,76
2VT S.J. RIO PRETO	192	130	R\$ 2.369.895,91
3VT S.J. RIO PRETO	277	136	R\$ 3.229.375,52
4VT S.J. RIO PRETO	383	168	R\$ 3.090.474,33
VT TANABI	0	0	R\$ 0,00
VT VOTUPORANGA	0	0	R\$ 0,00
TOTAL	1.437	630	R\$11.309,833,41
ÍNDICE DE ACORDO- B/A (%)			43,84%

b) Audiências na fase de LIQUIDAÇÃO / EXECUÇÃO realizadas [04/11/2019 a 14/09/2020]:

VARA DO TRABALHO	QUANTIDADE DE PROCESSOS (A)	QUANTIDADE DE CONCILIAÇÕES (B)	VALORES CONCILIADOS (R\$)
VT BARRETOS	26	9	R\$ 541.344,91
1VT CATANDUVA	24	4	R\$ 156.225,57
2VT CATANDUVA	0	0	R\$ 0,00
VT FERNANDÓPOLIS	47	27	R\$ 3.130.555,87
VT JALES	0	0	R\$ 0,00
VT JOSÉ BONIFÁCIO	136	48	R\$ 2.730.281,04
VT OLÍMPIA	0	0	R\$ 0,00
1VT S.J. RIO PRETO	47	10	R\$ 834.533,74
2VT S.J. RIO PRETO	119	40	R\$ 1.471.216,89



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3VT S.J. RIO PRETO	70	21	R\$ 826.573,46
4VT S.J. RIO PRETO	29	7	R\$ 592.537,30
VT TANABI	0	0	R\$ 0,00
VT VOTUPORANGA	0	0	R\$ 0,00
TOTAL	498	166	R\$ 10.283.268,78
ÍNDICE DE ACORDO- B/A (%)			33,33%

c) Audiências designadas (em toda a jurisdição do CEJUSC):

VARA DO TRABALHO	DATA PREVISTA	QUANTIDADE DE PROCESSOS
1VT SJ RIO PRETO	15/09/2020(pauta extra)	02
	23/09/2020	14
	24/09/2020	10(pautão)
	25/09/2020	13(pautão)
	02/10/2020	14
	14/10/2020	14
	21/10/2020	14
	22/10/2020	14
	30/11/2020	(semana de execução)
	2VT SJ RIO PRETO	16/09/2020
18/09/2020		04(leilão período da tarde)
24/09/2020		04(pautão)
25/09/2020		03(pautão)
07/10/2020		14
08/10/2020		14
15/10/2020		14
19/11/2020		14
27/11/2020		14
01/12/2020		(semana de execução)
3VT SJ RIO PRETO	15/09/2020(pauta extra)	05
	17/09/2020	14
	24/09/2020	01(pautão)
	25/09/2020	05(pautão)
	23/10/2020	14
	29/10/2020	14
	04/11/2020	14
	12/11/2020	14
	25/11/2020	14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



	02/12/2020	(semana de execução)
4VT SJ RIO PRETO	15/09/2020(pauta extra) 24/09/2020 01/10/2020 28/10/2020 05/11/2020 13/11/2020 18/11/2020 26/11/2020 03/12/2020 18/12/2020	02 03 14 14 14 14 14 14 14 (semana de execução) 14
VT OLÍMPIA	09/10/2020 11/11/2020 16/12/2020	20 20 20
1VT CATANDUVA	16/10/2020 06//11/2020	14 14
2VT CATANDUVA	09/12/2020 17/12/2020	14 14
VT BARRETOS	04/12/2020 10/12/2020	(semana de execução) 14
VT JOSÉ BONIFÁCIO	11/12/2020	14

5 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

No questionário pré-correicional, o Chefe de Divisão do CEJUSC informou que:

“Uma das dificuldades foi nos organizarmos para podermos compartilhar os arquivos do diretório “G”, a princípio salvei as informações em um pen drive e começamos a usar o DRIVE do Gmail, fizemos reuniões pelo google meet entre os coordenadores de CEJUSC, para podermos compartilhar nossos aprendizados, o que nos ajudou muito.

Outro problema ocorrido foi a dificuldade das partes e advogados para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



acessarem as salas virtuais, grande parte dos advogados tinham o número do meu celular pessoal, comecei em audiência passar a todos os advogados o número do meu celular e o e-mail do CEJUSC, para que se eles precisassem de apoio técnico me ligassem, facilitou muito para eles e para mim.

Outra situação ocorrida foi que no período pandêmico, as Varas não cederam mais seus mediadores, justificando que eles não teriam câmeras em seus computadores, diminuindo expressivamente a quantidade de audiências realizadas neste caso.”

A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade de manter a ênfase em providências e/ou estratégias que possam aprimorar a gestão do trabalho e das pessoas no período de isolamento.

O Fórum de São José do Rio Preto enfrenta há alguns anos questão relativa ao prazo para realização das audiências, razão pela qual as pautas de mediação ganham maior relevo ainda. Em face disso, a Corregedoria Regional entende relevante que se apresente um breve histórico do que está em curso com relação a esse assunto nesse Fórum, como passa a fazer:

dezembro/2017. Protocolo nº 8676/2017 – DG. A Associação de Proteção à Cidadania - APC pleiteia no E. Regional a apuração de problemas relativos à prestação jurisdicional no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto, sobretudo quanto à demora na realização de audiências (rito ordinário), número de servidores, designação de magistrados e remoção de processos arquivados para outro local. Junta atas de correições de 2017;

janeiro/2018. Esta Corregedoria Regional fornece dados extraídos em 15/janeiro/2018 das quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto à Presidência;

agosto/2018. Decisão exarada no Protocolo nº 8676/2017 – DG: “Trata-se de requerimento formulado pela Associação de Proteção à Cidadania – APC, [...] A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Secretaria de Gestão de Pessoas, a Assessoria de Apoio aos Magistrados, a Corregedoria Regional e a Secretaria Judiciária prestaram esclarecimentos no âmbito deste expediente. Diante das informações prestadas, concluo que as providências pretendidas pela associação requerente, dentro das possibilidades deste Tribunal, estão sendo tomadas para dar efetividade à prestação jurisdicional, tornando-se de desnecessária, por ora, a instauração do procedimento indicado pela requerente. Dê-se ciência de todas as informações prestadas e dos termos deste despacho à requerente e às unidades jurisdicionais da localidade. Após, archive-se. Campinas, 16 de agosto de 2018 (A) Desembargador Fernando da Silva Borges – Presidente do TRT da 15ª Região”; **fevereiro/2019**. Autuação do Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT, em virtude de Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC;

julho/2019. Despacho exarado no Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT: “[...] Portanto, em não tendo havido lesão à norma legal, norma constitucional, ou de decisão com caráter normativo deste Conselho ou do CNJ, tenho que o presente pedido é manifestamente estranho à competência deste Conselho, razão pela qual não conheço do presente Procedimento de Controle Administrativo, **extinguindo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 31, IV, do regimento interno. Dê-se ciência à requerente e à requerida.** Publique-se. Brasília, 30 de julho de 2019. (a) Desembargadora Vania Cunha Mattos – Conselheira Relatora” [grifamos];

outubro/2019. Presidência do TRT recebe do CNJ pedido para prestar informações dos fatos anotados no Pedido de Providências autuado naquele órgão e requerido pela APC relativos ao Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto. Objeto do requerimento: demora na realização das audiências nos processos de rito ordinário, ao número insuficiente de servidores e à designação de magistrados. ;

outubro/2019. A pedido da Presidência do E. Regional, esta Corregedoria Regional presta informações sobre as Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. Constatou das informações que a última correição (2018) determinou a apresentação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



plano de ação com medidas para reduzir o prazo para realização das audiências para até seis meses (180 dias) ao longo do período de um ano. Todas as Unidades apresentaram seu plano, com foco na mediação

novembro/2019. A Assessoria de Apoio aos Magistrados também se manifesta: “[...] Assim, esta Assessoria, como sempre fez, continuará a observar, nos rodízios periódicos de designações, os critérios estabelecidos pelos normativos vigentes e pela Administração do Tribunal, buscando, no caso em tela, quando viável tecnicamente, encaminhar juiz substituto visando a cobertura dos afastamentos dos Excelentíssimos Juízes que atuam no FT de São José do Rio Preto.[...] Campinas, 4 de novembro de 2019. (A) Itamir Carlos Barcellos Junior – Assessor de Apoio aos Magistrados”

julho/2020. A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho se manifesta quanto ao Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC. “[...] Diante das alegações da requerente, determino que seja encaminhado ofício à Presidência do Tribunal Regional da 15ª Região, com cópia do presente processo, para ciência, apuração dos fatos e adoção das providências cabíveis, no que se refere à alegação de ineficiência dos serviços prestados no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto – SP, devendo as informações serem prestadas no prazo de 30 (trinta) dias. Recebidas as informações, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 16 de Julho de 2020. (a) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho”

julho/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações resultantes do acompanhamento pós-correicional do ciclo 2019 das 4 Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. A última correição determinou, salvo para a 4ª Vara do Trabalho, a apresentação de plano de ação que propiciasse, ao menos, redução de 30% no prazo para realização das audiências, notadamente, naquelas que estavam com prazos superiores a 6 (seis) meses. Para a 4ª VT foi reconhecido que a ausência do MMº Juiz titular, sem designação regular de Juiz substituto, compromete a busca pela redução no prazo para realização das audiências. **1ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instruções tiveram o prazo de realização reduzido de 568 (quinhentos e sessenta e oito) para 360 (trezentos e sessenta) dias. Por sua vez,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



as audiências unas do rito ordinário tiveram o prazo para sua realização aumentado para 277 (duzentos e setenta e sete) dias. A Unidade informou que, até 10/12/2019, as pautas foram readequadas, em cumprimento à Meta do CNJ, para o primeiro semestre de 2020, audiências agendadas para o ano de 2021, a serem alocadas no segundo semestre de 2020, após a realização de pautas de mediação que restassem infrutíferas (mediações, retomadas a partir de 13/05/2020. **2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instrução do rito ordinário (com ou sem perícia) houve redução de 109 dias em relação ao verificado em correição, audiências Unas do rito ordinário tiveram aumento de 91 dias em relação ao verificado em correição. **3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências Iniciais e Unas dos processos do rito ordinário houve uma redução de 59 dias em relação ao verificado em correição. **4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** As Instruções do rito ordinário (com ou sem perícia) tiveram uma redução de 88 dias em relação ao verificado em correição. Por sua vez, as audiências iniciais do rito ordinário sofreram um aumento de 35 dias em relação ao verificado em correição. De forma geral, o acompanhamento do prazo para a realização das audiências, a avaliação da efetividade dos planos propostos e, conseqüentemente, quaisquer medidas voltadas ao concreto ajuste das pautas foram severamente prejudicados pela superveniência do regime excepcional de trabalho remoto neste contexto de pandemia. Ainda assim, dentro das limitações fáticas, reconhece-se que as audiências que admitem a modalidade telepresencial estão sendo realizadas - assim como as demais tramitações processuais; **agosto/2020.** A Pedido da Presidência do E. Regional a Assessoria de Apoio aos Magistrados informa-a dos recursos alocados e encaminhados para substituição das férias e outros afastamentos dos dois juízes atuantes (juiz titular e/ou juiz substituto fixado) em cada unidade do FT de São José do Rio Preto ou para auxílio para julgamentos de processos pendentes, do final de 2019 até a presente data; **agosto/2020.** Informações encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; **agosto/2020.** Resposta da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de que **“há necessidade de se promover ação coordenada pela administração local no sentido de se alcançar uma estratégia concreta visando melhorar, significativamente, o**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



atendimento jurisdicional prestado no Fórum de São José do Rio Preto-SP, especialmente no tocante à demora na realização das audiências que, de fato, contam com agendamento bastante distante. Tem conhecimento de que estão agendadas correições ordinárias nas quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto para os dias 28 e 29 de setembro próximo (edital CR nº 6/2020). Concessão de prazo **para que seja apresentado um plano de ação, aprovado pela Corregedoria Regional**, visando o enfrentamento da morosidade relatada no presente expediente. [...] Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 24 de Agosto de 2020 (A) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho” [grifamos]”. Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça requerendo o elástico do prazo para a Corregedoria-Geral apresentar suas conclusões.

setembro/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações sobre: a atuação do Grupo de Apoio às Unidades Judiciárias de 1ª Instância nas 4ª e 3ª Varas do Trabalho nessa ordem; o excesso de prazo para realização de audiências já foi objeto de atenção da Corregedoria Regional em Correições Ordinárias anteriores e ensejou determinação, para planejamento pelos Magistrados responsáveis, de medidas para aproximação das audiências designadas em prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias - contando somente com a força de trabalho já existente. A situação se agravou em virtude da pandemia. Sugere a realização de mutirão para realização de audiências, com designação de outros magistrados para o Fórum, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas para coordenar projeto voltado ao suporte da atuação jurisdicional em audiência. Para elaboração de plano de ação sugere a participação dos magistrados do Fórum, bem como do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec). Esta Corregedoria Regional entende que a deliberação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho possui “efetiva feição multidisciplinar e demanda os esforços conjuntos de diversas áreas deste Regional, a serem coordenados conforme planejamento da douta Presidência do Tribunal, para reversão do quadro de excesso de prazo na realização de audiências verificado no Fórum



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



de São José do Rio Preto. [...] Campinas, 1º de setembro de 2020. (A) MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA – Corregedor Regional”.

setembro/2020. A Presidência deste Regional determina que o NUPEMEC e a Secretaria de Gestão de Pessoas tomem conhecimento e prestem auxílio, no que couber, na elaboração do Plano de Ação para enfrentamento da morosidade no FT de São José do Rio Preto.

Seguiram-se, assim, manifestações do NUPEMEC e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Até a data da presente Correição Ordinária, o PROAD correspondente encontra-se sob responsabilidade do Gabinete da Diretoria Geral, para deliberações e prosseguimento.

A saber, por fim, a Corregedoria Regional fiscalizará os resultados do plano que está em elaboração, conforme previsto no projeto correspondente.

6 – RECOMENDAÇÕES:

6.1 – apoiar e ampliar a adoção de medidas de incentivo à mediação no Fórum Trabalhista, com a participação dos servidores do CEJUSC em integração com os das Varas na realização de audiências.

6.2 – não avocar processos com fins de tentativa de conciliação, para que a submissão de processos ao CEJUSC sempre ocorra mediante a vontade das partes e desde que não haja oposição das Varas do Trabalho, conforme previsto no artigo 6º da Resolução Nº 174/2016 e no artigo 5º da Resolução Administrativa Nº 4/2017.

6.3 - realizada a audiência no CEJUSC, observar a restituição dos autos ao juízo de origem, mediante despacho, devidamente registrado no sistema de acompanhamento respectivo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



6.4 - não havendo acordo na audiência de conciliação inicial, dar vista da defesa e documentos à parte reclamante, consignando em ata requerimentos gerais das partes e o breve relato do conflito, mantendo-se silente quanto à questão jurídica que envolve a disputa e remeter os autos à unidade jurisdicional de origem.

7 - ATENDIMENTOS:

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional atendeu, por videoconferência no sistema *Meet*, ao advogado previamente inscrito Henrique A. Dias, OAB nº 73.907/SP, que relata sua indignação pela não homologação de acordo previamente entabulado entre as partes em processo de seu colega (número não fornecido), porquanto o MM. Juízo concluíra que havia burla no acordo. Tal procedimento acabou por dar causa à autuação de um ação trabalhista propriamente dita

Foi dito por Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional que forneça o número do processo à Chefe de Divisão do CEJUSC, mas, de qualquer forma, destaca que se trata de atividade jurisdicional, na qual a Corregedoria Regional não se imiscue.

8 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

8.1 – A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou remota e reservadamente com os MMos. Magistrados.

8.2 – Foi informado pelo Chefe de Divisão do CEJUSC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

9 – ENCERRAMENTO:

No dia 30 de setembro de 2020, às 11h40 minutos, encerraram-se os trabalhos e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.